

**CURADORIA DE REMANESCENTES HUMANOS:
PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS NA COLEÇÃO DUCKWORTH
(UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE, REINO UNIDO)**

Mercedes Okumura¹

Resumo: A curadoria de restos esqueléticos humanos é uma tarefa bastante complexa e cuja especificidade demanda do curador um conhecimento profundo não somente da coleção em questão, mas também de discussões de ordem ética e técnica, entre outras. O objetivo deste artigo é contribuir à discussão sobre a curadoria de remanescentes ósseos humanos em coleções brasileiras, a partir da experiência ao longo de quatro anos da autora no papel de pesquisadora-curadora da Coleção Duckworth da Universidade de Cambridge, Reino Unido. Além disso, chama-se a atenção para a figura do curador, cujo papel é essencial para o bom gerenciamento de uma coleção.

Palavras-chave: Esqueletos, Curador, Coleções osteológicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo será organizado de modo a tentar cobrir os aspectos mais importantes e que devem ser levados em alta conta por curadores de coleções² esqueléticas humanas. Assim, iniciar-se-á com a apresentação da Coleção Duckworth da Universidade de Cambridge, cujas experiências vivenciadas pela autora como pesquisadora-curadora no período de 2006 a 2010 servirão como base para a discussão de temas cujo interesse transcende a coleção em questão e que deveriam ser mais amplamente tratados por curadores de coleções esqueléticas brasileiras. A seguir, serão discutidos itens como documentos e propostas úteis para a curadoria de remanescentes humanos, questões de higiene e segurança, assim como o processo de catalogação, limpeza, restauração e acondicionamento de remanescentes ósseos humanos. Duas questões finais de extrema relevância serão abordadas: o repatriamento de restos humanos e as técnicas de análise destrutivas aplicadas a coleções osteológicas.

¹ Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: *mercedes@mn.ufrj.br*.

² Coleções podem ou não estar ligadas a museus (ou seja, pode ou não haver exposição aberta ao público). No caso da Coleção Duckworth, como o próprio nome anuncia, não há exposição.

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO DUCKWORTH

A Coleção Duckworth é parte da Faculdade de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Essa coleção foi formada majoritariamente por materiais de três grandes coleções, algumas delas datando do século XVIII: a coleção do Museu de Zoologia, a coleção de Anatomia e a coleção do Museu de Arqueologia e Antropologia. Somente em 1945 é que ocorreu a criação formal da Coleção Duckworth, que visava o agrupamento de todos os remanescentes humanos da universidade em uma única coleção.

A coleção é formada majoritariamente por esqueletos humanos (incluindo material craniano e pós-craniano), mas também apresenta poucas centenas de esqueletos de primatas não humanos e moldes de fósseis paleoantropológicos. São estimados 25 mil esqueletos humanos, com uma grande ênfase em materiais oriundos do Egito e da própria Inglaterra. Há também algumas coleções menores, como a dos esqueletos de nativos da Austrália, que têm sido importantes para a discussão de questões ligadas ao repatriamento, conforme será apresentado mais tarde.

DOCUMENTOS E PROPOSTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE CURADORIA DE REMANESCENTES HUMANOS

Todas as coleções de remanescentes humanos³ no Reino Unido seguem orientações de algumas leis, documentos e propostas principais, que serão discutidos brevemente a seguir.

No Reino Unido, a lei mais importante que regulamenta o armazenamento e uso de tecidos humanos é o “Human Tissue Act”, de 2004 (disponível na internet para consulta). Essa lei teve origem a partir de denúncias envolvendo retirada de órgãos sem consentimento da família, assim como devido à polêmica causada pela exposição alemã “Body Worlds” (PRICE, 2005). A maioria das coleções de remanescentes humanos do Reino Unido apresenta materiais cujos indivíduos faleceram há mais de 100 anos,

³ Apesar dos esqueletos humanos constituírem a maioria dos remanescentes humanos de grande parte das coleções no mundo, muitas coleções incluem outros tipos de remanescentes, como é o caso de corpos mumificados, amostras de cabelo, unhas, etc.

estando, portanto, fora dos domínios dessa lei. No entanto, coleções que queiram adquirir indivíduos que tenham falecido há menos de 100 anos, estão sujeitas a essa lei.

Documentos importantes para a formação do curador de coleções de remanescentes humanos incluem o “Guidance for the Care of Human Remains in Museums”, lançado pelo Ministério da Cultura, Media e Esporte e o “Code of Ethics for Museums”, feito pela Associação de Museus (ambos disponíveis na internet). O primeiro documento visa oferecer algumas orientações gerais para os curadores de coleções que tenham remanescentes humanos, incluindo informações importantes sobre o contexto legal e ético do tratamento desses materiais, como realizar a curadoria, cuidado e uso desses remanescentes e também como lidar com pedidos de devolução de materiais. Já o “Code of Ethics for Museums” inclui importantes discussões sobre o papel dos museus como guardadores de coleções em nome da sociedade, sobre como encorajar o público a explorar as coleções para aprendizado e recreação, sobre a consulta e envolvimento de comunidades no cotidiano do museu, a aquisição de materiais de forma honesta e responsável, como manter o interesse em longo prazo do público nas coleções. Outras questões importantes, como o reconhecimento dos interesses de pessoas que fizeram, usaram, possuíram, coletaram ou doaram itens ao museu também são abordadas. A leitura atenta desses dois documentos é essencial para curadores de coleções de remanescentes humanos no Brasil, onde a discussão acerca desses tópicos ainda é bastante incipiente.

No Reino Unido, tais documentos têm sido essenciais para o debate sobre o modo de exposição de remanescentes humanos nos museus⁴. Devido ao fato de alguns grupos minoritários acharem ofensiva a exposição desses materiais, algumas instituições passaram a cobrir as múmias egípcias em exposição, como o Manchester Museum (JAMES, 2008; DAY, 2014) e o Bristol Museum⁵ (JONES; WHITAKER, 2012). A consulta e o diálogo dos museus com a comunidade é essencial para entender e chegar a um acordo a esse respeito. No Brasil, temos o bom exemplo do “Museu das Culturas Dom Bosco”, em Campo Grande (MS), que, após consulta com a comunidade Bororo, transferiu um cesto com crânios Bororo para uma porção encoberta do espaço

⁴ Alguns livros sobre o tema também têm contribuído muito a esse debate (CASSMAN; ODEGAARD; POWELL, 2006; LOHMAN; GOODNOW, 2006).

⁵ Bristol Museum também passou a colocar avisos sobre a presença de restos humanos nas vitrines onde tais restos estavam sendo exibidos.

expositivo de forma a manter o material na exposição, porém, sem ser explicitamente visto pelo visitante⁶.

HIGIENE E SEGURANÇA

A análise de remanescentes humanos em laboratórios é prática corriqueira da maioria das coleções. De fato, é bastante comum a visita de pesquisadores que queiram estudar determinadas coleções para seus projetos de pesquisa. No Reino Unido, é impensável iniciar qualquer trabalho de laboratório ou de campo sem antes considerarem-se medidas de higiene e segurança. Tais medidas, que visam à redução do número de acidentes no trabalho, incluem o preenchimento de formulários com o objetivo de aumentar a percepção dos usuários de um dado local de trabalho (como o laboratório) para os riscos potenciais e de prevenir acidentes. Tanto os frequentadores habituais de um dado espaço de trabalho (incluindo o próprio curador), quanto os frequentadores ocasionais (visitantes e pesquisadores) devem ter em mente essas questões. No Reino Unido, curadores geralmente são responsáveis por orientar os visitantes de uma coleção a observar questões como as saídas de emergência, os manuais de segurança, entre outros itens relacionados.

No Brasil, a preocupação com as questões de higiene e segurança é ainda bastante incipiente⁷. Embora não seja o objetivo deste trabalho fazer uma revisão exaustiva sobre o tema, são apresentadas algumas sugestões simples (também colocadas aos visitantes da Coleção Duckworth) que podem ajudar a aumentar a segurança dos indivíduos trabalhando em laboratórios com remanescentes humanos:

- É de responsabilidade do indivíduo garantir que suas ações não ponham em perigo sua segurança e a dos outros membros do laboratório.
- Em caso de uso de qualquer equipamento, é necessário que o indivíduo tenha entendido como operá-lo corretamente, a fim de evitar dano a si próprio, aos outros membros e ao aparelho.

⁶ Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen, comunicação pessoal.

⁷ Mercedes Okumura, artigo em preparação. Higiene e segurança em arqueologia: conceitos e sugestões para uma prática mais segura em campo e laboratório.

- O uso de avental de laboratório é sempre recomendado por motivos higiênicos. O avental deve ser removido ao sair do laboratório, o mesmo sendo válido para luvas.
- Óculos de proteção e máscara devem ser usados quando houver risco de dano aos olhos e ao aparelho respiratório, respectivamente.
- Não deve ser permitido fumar, comer ou beber no laboratório, tampouco se deve usar a geladeira ou freezer para guardar alimentos ou bebidas.
- Evitar trabalhar fora do horário de expediente ou funcionamento do laboratório. Se isso for necessário, garantir que um responsável tenha conhecimento disso e que seja informado o horário de entrada e saída do laboratório.
- Indivíduos trabalhando no laboratório devem familiarizar-se com a localização do kit de primeiros-socorros, alarmes de incêndio, extintores e saídas de emergência.
- É da responsabilidade de todos que trabalham no laboratório em mantê-lo limpo e organizado, jogando no lixo quaisquer instrumentos descartáveis.
- Evitar deixar aparelhos ligados durante a noite.
- Não deve ser permitida a entrada de crianças no laboratório.
- Aumentar a atenção com o uso de escadas e estantes móveis, assim como com a movimentação de caixas contendo materiais arqueológicos ou equipamentos.
- Incidentes e acidentes devem ser comunicados a fim de reavaliar os riscos associados a determinadas atividades ou uso de equipamentos.
- Não tentar consertar equipamentos eletrônicos.
- A iluminação e ventilação devem ser adequadas para manter um ambiente de trabalho confortável.
- A localização dos equipamentos, assim como as cadeiras, devem ser atender às necessidades ergonômicas dos indivíduos.
- Gestantes e indivíduos com limitações físicas temporárias devem reavaliar os riscos associados às atividades de rotina no laboratório.

CATALOGAÇÃO E DOCUMENTOS

Com o advento da era digital, certamente coleções tem se beneficiado de catálogos digitais, onde é possível localizar em pouco tempo o que se deseja: seja um espécime específico, seja um grupo de esqueletos de um dado sítio. Devido às especificidades de cada coleção de remanescentes humanos, não existe um modelo de “catálogo universal” que seja adequado para todas as coleções. Cabe ao curador e aos demais responsáveis determinarem quais campos devem constar no catálogo e qual nível de detalhamento que é desejado. Documentos associados aos materiais, como fotos, artigos científicos e notas também podem ser digitalizados, evitando, assim, o manuseio excessivo dos mesmos por parte de pesquisadores e do próprio curador.

O inventário é possivelmente a parte mais importante de uma coleção, não somente por causa de questões legais relacionadas ao patrimônio (por exemplo, no Reino Unido, uma coleção é obrigada a informar a qualquer cidadão do mundo se possui em seu poder remanescentes humanos de grupos de interesse), mas também porque uma coleção somente pode ser estudada (e, portanto, servir para gerar informação e conhecimento) quando é possível conhecer o material disponível e o estado de preservação do mesmo. Tais informações são importantíssimas para pesquisadores que precisam planejar seus projetos de pesquisa, localizar materiais de interesse e estimar o tempo de coleta de dados.

Na Coleção Duckworth, entre 2006 e 2010, de 20 a 30 pesquisadores por ano foram recebidos. Inúmeras questões de ordem prática são envolvidas em uma coleção tão amplamente visitada e certamente o registro digital pode ser um aliado importante no gerenciamento da mesma. A documentação necessária para requerer acesso à coleção (ficha de requerimento, projeto de pesquisa e carta de recomendação – a última, no caso de estudantes de graduação e de pós-graduação) pode ser incorporada em um banco de dados onde constem informações sobre os pesquisadores que visitaram a coleção (pode-se incluir nome, filiação acadêmica, período da visita, material estudado e as publicações resultantes). Esse tipo de registro mostrou-se útil na Coleção Duckworth para o planejamento a respeito do número esperado de visitantes e também para o controle da preservação de coleções que eram mais comumente estudadas, uma vez que

é sabido que a manipulação excessiva de um mesmo conjunto de espécimes acaba por trazer problemas de conservação dos mesmos (ROBERTS; MAYS, 2011).

O registro digital também pode ser um aliado na questão do controle de empréstimo de materiais. É importante que seja criada uma ficha onde constem os dados da instituição requerente, uma descrição detalhada do material (incluindo seu estado de conservação antes do empréstimo) e que seja acordada uma data de devolução. Um “recibo” de devolução pode ser dado ao requerente, como prova de que os materiais foram devolvidos no prazo e em boas condições. Embora o empréstimo de peças entre instituições possa ser relativamente corriqueiro (desde que bem justificada sua necessidade), o empréstimo de peças para indivíduos deve ser feito de forma mais cautelosa. Por exemplo, um grupo de teatro fez um requerimento à Coleção Duckworth para pedir emprestado um crânio para ser usado em uma peça. A solução encontrada foi emprestar um molde de crânio humano feito em resina: além de ser mais leve e mais resistente a quedas, evitou-se expor um crânio de verdade no palco.

LIMPEZA, RESTAURAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE REMANESCENTES ÓSSEOS HUMANOS

Em relação à limpeza, restauro e acondicionamento dos remanescentes ósseos humanos, há manuais publicados no exterior que oferecem diretrizes importantes (BASS, 2005; WHITE; FOLKENS, 2005). No Brasil, há poucas publicações que abordem esse tema⁸ (mas veja NEVES, 1988; 2013; LESSA, 2011). As sugestões a seguir são extraídas desses trabalhos, cuja leitura recomenda-se fortemente àqueles que lidam com esqueletos humanos em laboratório.

A limpeza de materiais esqueléticos, juntamente com o restauro e acondicionamento, são essenciais no contexto de uma coleção, pois a preservação de informações importantíssimas depende da boa realização dessas etapas. Recomenda-se a utilizar uma mesa (ou bancada) para cada esqueleto a ser limpo e restaurado, de modo a evitar a mistura acidental de partes de dois ou mais indivíduos. Apesar da iluminação e ventilação serem essenciais para manter a salubridade do ambiente, recomenda-se evitar

⁸ Para saber mais sobre as boas práticas de registro e recuperação de restos esqueléticos em campo (que fogem ao escopo deste trabalho) veja Neves (1988; 2013) e Mendonça de Souza e Rodrigues-Carvalho (2013).

sol ou vento diretamente nos ossos (NEVES, 1988). Com o advento de técnicas microscópicas (como a análise de cálculo dental) ou moleculares (como o estudo do DNA antigo), a limpeza dos esqueletos deve levar em conta o potencial desses estudos e, por isso, o modo de limpeza deve ser analisado caso a caso.

No caso de esqueletos fragmentados que precisam ser restaurados, recomenda-se a organização por região anatômica e lado, ou seja, organizar de forma separada os fragmentos de crânio, ossos longos, pés e mãos, costelas e os fragmentos não identificados. O uso de livros de anatomia e de um esqueleto de referência é aconselhável (NEVES, 1988; LESSA, 2011).

Após a restauração, devem-se numerar as partes do esqueleto, a fim de que possa ser identificado mesmo que ocorra a perda de etiquetas ou seu acondicionamento em local equivocado. Geralmente escreve-se a sigla do sítio arqueológico, seguida do número do sepultamento e do número do indivíduo. Uma fina camada de esmalte incolor deve preceder à marcação com nanquim preto e, posteriormente à marcação, outra fina camada de esmalte incolor deve ser aplicada (NEVES, 2013). A numeração deve ser feita na superfície externa, evitando-se fragmentos terminais (que podem se fragmentar e perder) e evitando-se também partes anatômicas importantes para algumas análises: orifícios, inserções musculares e facetas de articulação (NEVES, 1988; LESSA, 2011).

No caso do acondicionamento de materiais esqueléticos, cada unidade óssea (ou conjunto de fragmentos de uma dada unidade) deve ser mantida separadamente em um saco plástico identificado externamente (NEVES, 1988). Na Coleção Duckworth, devido ao grande número de espécimes que não apresentava material pós-craniano, optou-se por guardar os crânios mais íntegros em caixas separadas do material pós-craniano. De todo modo, o crânio deve estar firmemente apoiado, em posição estável na caixa.

No caso de materiais que tenham sofrido ataque biológico (como fungos), após a limpeza adequada, sugere-se um monitoramento periódico do estado de preservação dos mesmos (no caso de muitos materiais afetados, pode ser feito o sorteio de alguns poucos espécimes a serem verificados). Na Coleção Duckworth, apesar do ambiente controlado em termos de temperatura e umidade, alguns esqueletos apresentaram crescimento de fungos (possivelmente devido às condições encontradas no local de armazenamento

anterior). Após a limpeza dos mesmos, foi elaborado um plano de monitoramento a fim de verificar periodicamente o possível retorno desses agentes biológicos. Essas intervenções (limpeza e monitoramento) foram registradas no catálogo digital, na ficha de cada espécime. Tais informações podem ser importantes no caso de análises químicas que queiram ser realizadas nesses espécimes. No caso, a natureza dessas intervenções deve ser levada em conta na decisão de incluir ou não tais indivíduos nessas análises.

COLEÇÕES DE REMANESCENTES HUMANOS E REPATRIAMENTO

A questão de repatriamento de remanescentes humanos tem sido muito discutida no Reino Unido, especialmente devido às pressões de grupos nativos da Austrália e outras ex-colônias britânicas (embora a lei também obrigue o re-enterramento de esqueletos humanos exumados de cemitérios cristãos). A Coleção Duckworth não é exceção, tendo recebido ao longo dos anos diversos pedidos de informação a respeito da presença de restos humanos associados a determinados grupos de interesse (McKIE, 2003; SCOBIE, 2009). Nesse contexto, a catalogação detalhada de uma coleção é praticamente obrigatória, uma vez que os responsáveis pelas coleções de remanescentes humanos não podem negar nenhuma informação que seja requisitada.

No Reino Unido e nos Estados Unidos, onde os pedidos bem-sucedidos de repatriamento de remanescentes humanos têm sido mais frequentes, diversos estudos têm sido feitos a fim de ampliar a discussão e guiar museus e coleções nesses processos (FFORDE; HUBERT; TURNBULL, 2002; FFORDE, 2004; FLESSAS, 2008; para citar apenas alguns). No Brasil, torna-se urgente o início dessa discussão (BORGES; BOTELHO, 2010) e, respeitando-se as especificidades de cada contexto, as experiências vividas por esses dois países podem ser úteis nessa nova reflexão.

PEDIDOS DE ANÁLISE ENVOLVENDO TÉCNICAS DESTRUTIVAS

Conforme já mencionado, o registro do número de visitantes acadêmicos que requerem determinados materiais para análise é de grande valia para a projeção de uso de uma coleção. No entanto, há outras questões importantes, cujas decisões podem

causar enorme impacto na integridade de uma coleção de remanescentes ósseos humanos e que devem ser levadas em conta por curadores dessas coleções.

Uma dessas questões envolve decisões a respeito do acesso de pesquisadores que desenvolvem projetos de pesquisa com técnicas destrutivas. A realização de tais técnicas tem aumentado substancialmente nas últimas duas décadas⁹, graças às importantes informações geradas pela análise principalmente de DNA antigo e de isótopos estáveis (ROBERTS; MAYS, 2011). Nesse contexto, é indispensável que curadores de coleções de remanescentes humanos conheçam razoavelmente essas técnicas (seus benefícios e seus problemas) e, se possível, exijam a execução daquelas que implicam na destruição da menor quantidade de material. Sabe-se que não é preciso negar terminantemente o acesso às coleções para pesquisadores cujos projetos envolvam técnicas destrutivas, porém, deve-se levar em conta que esqueletos humanos arqueológicos ou etnográficos são um “recurso finito”. A decisão de se realizar uma análise que envolva técnica destrutiva deve, portanto, basear-se no conhecimento acerca da técnica em questão e na informação e no conhecimento que serão gerados a partir de tal análise. Em termos práticos, também é aconselhável que o pesquisador interessado verifique se tal técnica funciona em uma pequena amostra do material a ser estudado e, em caso positivo, retorne à coleção para ampliar a amostra. Essa abordagem evita a coleta desnecessária de material que, muitas vezes, não é passível de ser usado em determinadas técnicas.

CONCLUSÃO

Parece ser clara a enorme importância da figura do curador para o bom gerenciamento de coleções de remanescentes humanos, sem o qual não é possível explorar de forma satisfatória o potencial das mesmas na interação com pesquisadores e com o público geral. No Brasil, já é tempo de intensificar o diálogo e a discussão sobre questões que envolvem desde a ética na curadoria desses remanescentes, até a parte prática de organização e registro desses acervos.

⁹ Antes dessa época, a técnica destrutiva mais realizada envolvendo remanescentes humanos era a datação radiocarbônica.

AGRADECIMENTOS

A sistematização das reflexões iniciais deste artigo deveu-se ao convite feito por Camilo de Mello Vasconcelos e Verônica Wesolowski para ministrar uma aula no curso de difusão “Curadoria em Museus Universitários”, no MAE-USP, em junho de 2013. Agradeço o convite e a oportunidade que me foram dados à época. Agradeço também à Comissão Organizadora da IX Reunião da SAB-Sul (Beatriz Ramos da Costa, Marcus Vinícius Beber e Josilene Aparecida de Oliveira), assim como às organizadoras do simpósio “Curadoria Arqueológica: Práticas e Experiências Institucionais” (Ana Lúcia Herberts, Fabiana Comerlato e Fernanda Bordin Tocchetto).

REFERÊNCIAS

BASS, W. M. **Human Osteology: A Laboratory and Field Manual**. 5th Edition. Columbia: Missouri Archaeological Society, 2005.

BORGES, L. C.; BOTELHO, M. B. Le musée et la question de la restitution – étude de deux cas concernant le patrimoine culturel brésilien. In: ICOFOM Study Series – ISS 39. 33rd ICOFOM Annual Symposium. **Deaccession and return of cultural heritage: a new global ethics**. Shanghai, China 7-12 November 2010.

CASSMAN, V.; ODEGAARD, N.; POWELL, J. **Human remains: guide for museums and academic institutions**. Plymouth: Altamira Press, 2006.

DAY, J. ‘Thinking makes it so’: reflections on the ethics of displaying Egyptian mummies. **Papers on Anthropology**, v. XXIII, n. 1, p. 29-44, 2014.

FFORDE. C. **Collecting the dead: archaeology and the reburial issue**. London: Gerard Duckworth & Co., 2004.

FFORDE, C.; HUBERT, J; TURNBULL, P. **The dead and their possessions: repatriation in principle, policy and practice**. London: Routledge, 2002.

FLESSAS, T. The repatriation debate and the discourse of the commons. **Social & Legal Studies**, v. 7, n. 3, p. 387-405, 2008.

JAMES, N. Repatriation, display and interpretation. **Antiquity**, v. 82, n. 317, p. 770-777, 2008.

JONES, D. G.; WHITAKER, M. I. The contested realm of displaying dead bodies. **Journal of Medical Ethics**, v. 39, p. 652-653, 2012.

LESSA, A. Conceitos e métodos em curadoria de coleções osteológicas humanas. **Arquivos do Museu Nacional**, v. 68, n. 1-2, p. 3-16, 2011.

LOHMAN, Jack, and Katherine J. GOODNOW, eds. **Human remains & Museum practice**. Vol. 918. Berghahn Books, 2006.

McKIE, R. Scientists fight to save ancestral bone bank. **The Observer**, London. 28 set 2003. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/uk/2003/sep/28/australia.highereducation>>. Acesso em: 02 março 2015.

MENDONÇA DE SOUZA, S.; RODRIGUES-CARVALHO, C. ‘Ossos no chão’: para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 8, n. 3, p. 551-566, 2013.

NEVES, W. A. Uma proposta pragmática para cura e recuperação de coleções de esqueletos humanos de origem arqueológica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v. 4, n. 1, p. 3-26, 1988.

NEVES, W. A. **Um esqueleto incomoda muita gente...** São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

PRICE, D. The HumanTissue Act 2004. **Modern Law Review**, v. 68, n. 5, p. 798-821, 2005.

ROBERTS, C.; MAYS, S. Study and restudy of curated skeletal collections in bioarchaeology: A perspective on the UK and the implications for future curation of human remains. **International Journal of Osteoarchaeology**, v. 21, p. 626–630, 2011.

SCOBIE, C. The long road home. **The Observer**, London. 28 jun 2009. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2009/jun/28/aborigines-reclaim-ancestors-remains>>. Acesso em 02 março 2015.

WHITE, T. D.; FOLKENS, P. A. **The Human Bone Manual**. Burlington, MA: Elsevier-Academic Press, 2005.